



Revista
Portuguesa de
História
Militar

Ano VI - n.º 10
Junho 2026



Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Do Sidonismo à “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926

DO SIDONISMO À “REVOLUÇÃO NACIONAL”
DE 28 DE MAIO DE 1926



Revista Portuguesa de História Militar
Ano VI - n.º10

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
Harold E. Raugh, Jr. – Presidente da Comissão Internacional de História Militar
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: Fotografia de Franco Anselmo - O desfile da vitória em Santarém, encabeçado pelo Tenente Teófilo Duarte) - Disponível em: <http://www.eugostodesantarem.pt/textos/historias/a-revolta-de-santarem-janeiro-de-1919>

IMPRESSÃO
Rainho & Neves – Artes Gráficas

Junho de 2026

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

DOI: <https://doi.org/10.56092/KPVY7218>

Todos os direitos reservados

AS INCURSÕES MONÁRQUICAS DE 1911 E 1912

Francisca Silva

Resumo

A implantação da Primeira República Portuguesa em 1910 inaugurou um período marcado por uma profunda crise de legitimidade e instabilidade institucional. Nos seus primeiros anos, o novo regime enfrentou hostilidade internacional, sucessivos governos e a resistência do movimento realista, culminando em diferentes tentativas de instauração da monarquia. O presente artigo analisa e descreve dois episódios, conhecidos as incursões monárquicas de 1911 e 1912, que se tornaram o primeiro grande teste à capacidade de defesa e coesão do Estado republicano. Sob o comando de Henrique de Paiva Couceiro, estas operações armadas na fronteira norte materializaram o perigo real de uma restauração monárquica, expondo as fragilidades táticas das forças republicanas na defesa do regime. Através de uma abordagem descritiva e contextual, examinam-se as movimentações das colunas militares realistas e as tensões internas que alimentaram o movimento. Por fim, o artigo traça um epílogo sobre o movimento realista no final da década, culminando no episódio da “Monarquia do Norte” em 1919, após o colapso do governo de Sidónio Pais. O artigo conclui que as incursões monárquicas, embora nascidas da debilidade inicial do regime republicano, acabaram por funcionar como um catalisador para a resposta militar e consolidação da autoridade republicana.

Abstract

The establishment of the First Portuguese Republic in 1910 marked the beginning of a period characterised by a profound crisis of legitimacy and institutional instability. In its early years, the new regime faced international hostility, successive governments and resistance from the royalist movement, culminating in various attempts to restore the monarchy. This article analyses and describes two episodes, known as the royalist incursions of 1911 and 1912, which became the first major test of the republican state’s capacity for

defence and cohesion. Under the command of Henrique de Paiva Couceiro, these armed operations on the northern border brought to life the real danger of a monarchical restoration, exposing the tactical weaknesses of the republican forces in defending the regime. Through a descriptive and contextual approach, the article examines the movements of the royalist military columns and the internal tensions that fuelled the movement. Finally, the article provides an epilogue on the royalist movement at the end of the decade, culminating in the episode of the 'Monarchy of the North' in 1919, following the collapse of Sidónio Pais's government. The article concludes that the monarchist incursions, although arising from the initial weakness of the republican regime, ultimately served as a catalyst for the military response and the consolidation of republican authority.

Palavras-chave: República Portuguesa; Incursões Monárquicas; Paiva Couceiro; Movimento Realista; História Militar Portuguesa.

Keywords: Portuguese Republic; Monarchist Incursions; Paiva Couceiro; Realistic Movement; Portuguese Military History.

Introdução

Em junho de 1918, Sidónio Pais declarava durante a abertura do Congresso da República: “Não só a pátria estava em perigo. Se elementos republicanos não encarnassem em si as aspirações do país, a revolução poderia vir a apresentar a forma duma restauração monárquica”¹. Estas palavras davam voz ao espectro de instabilidade do regime republicano português, que desde os primeiros dias após a implementação da república viu o movimento contrarrevolucionário crescer dentro de diversas facções da sociedade portuguesa. É neste quadro de instabilidade que se inserem as incursões monárquicas de 1911 e 1912. Apesar da existência de outros levantamentos e revoltas, estas operações militares lideradas por Henrique de Paiva Couceiro foram uma manifestação do perigo de restauração do antigo regime e serviram como o primeiro teste à coesão da república portuguesa.

O presente artigo pretende descrever e analisar estas duas incursões no contexto dos primeiros anos após a implantação da república. Para tal, encontra-se dividido em duas partes. Primeiro, efetua-se um enquadramento histórico focado na implementação da República e nas dificuldades do novo governo em obter legitimidade, tanto a nível internacional como interno. A segunda parte

1. Carvalho, 1924.

incide no detalhe dos eventos militares de 1911 e 1912, destacando o papel de Paiva Couceiro como figura central. Por fim, o artigo conclui com um balanço do desfecho destas operações e uma breve reflexão sobre os efeitos deste movimento.

1. Enquadramento Histórico

1.1. A Implementação da República

O Partido Republicano Português (PRP) surge no século XIX, com valores ideológicos baseados na corrente de pensamento iluminista e da Revolução Francesa. Os membros do partido acreditam na “completa realização do Homem pela emancipação do indivíduo face às «formas tradicionais de vida» e pela capacidade de construir o seu destino”², o que ia contra a natureza do regime monárquico.

Nos finais do século XIX e inícios do XX, a Monarquia estaria a passar por vários desafios que iriam beneficiar a ascensão do Partido Republicano. Para além do *Ultimatum* inglês em 1890 e do assassinato de D. Carlos e seu herdeiro D. Luís Felipe em 1908, Portugal atravessava uma dura crise económica, com os setores agrícolas e industriais incipientes e pouco intensivos, incapazes de sustentar as necessidades da população³. Os membros do PRP atribuíram esta situação financeira e social interna aos excessos da Coroa Portuguesa e ao poder da Igreja Católica, defendendo também a necessidade do progresso económico e social.

Com o agravamento do descontentamento da população e da situação do país, juntamente com as vitórias conquistadas pelo PRP nas eleições de agosto de 1910, acreditava-se que Portugal estaria à beira de uma mudança de regime. A questão era apenas como esta se iria concretizar. Dentro do PRP, havia deputados que acreditavam que a implementação da República deveria ser feita pacificamente, evitando o uso de armamento. No entanto, após anos de hesitações e controvérsias, juntamente com a pressão e apoio da Carbonária e da guarnição militar, os republicanos iniciam o assalto a Lisboa.

Assim, entre a noite do dia 3 e a manhã de 5 de outubro de 1910, a República foi implementada em Lisboa através de um movimento revolucionário, comandado pelo oficial de Marinha Machado Santos, que envolveu unidades militares da Marinha e do Exército, juntamente com populares ligados a organizações secretas.

O novo regime, no entanto, iria ter de enfrentar várias dificuldades, tanto a nível internacional como nacional, para adquirir legitimidade e estabilidade.

2. Santos, 2021, p. 19.

3. Pires, 2017, p. 347.

1.2. O Reconhecimento Internacional do Novo Regime

Encontrar apoio na conjuntura internacional revelou-se muito complexo para a República Portuguesa. A Europa era maioritariamente constituída por monarquias, contando apenas com dois regimes republicanos, a Suíça e a França, que em si não poderiam ser entendidas como aliados alternativos para a política externa portuguesa. As monarquias europeias, em geral, partilhavam uma opinião mais conservadora e a sua desconfiança face à República Portuguesa devia-se, principalmente, à preocupação com a possível expansão dos ideais republicanos, enquanto estados como a Alemanha e a própria Grã-Bretanha viam nesta transição a oportunidade de controlar parte das colónias portuguesas.

Assim, o processo de reconhecimento oficial da República ocorreu em três fases. Quase de imediato, verificou-se o reconhecimento por parte das repúblicas sul-americanas, como o Brasil e a Argentina. De seguida, entre junho e agosto de 1911, o reconhecimento veio por parte dos regimes republicanos dos Estados Unidos da América e da França. Este reconhecimento um pouco mais tardio deveu-se a diferentes causas, nomeadamente à necessidade de assegurar a legalidade constitucional da República Portuguesa por parte do governo de Washington, mas também porque a França, condicionada pela *Entente Cordiale* com Inglaterra, aguardava pelo reconhecimento das exigências político-constitucionais impostas pelo governo inglês. Finalmente, em setembro de 1911, as monarquias europeias da Espanha, da Alemanha, da Áustria, da Itália e da Grã-Bretanha reconheceram formalmente o novo regime vigente em Portugal.

O reconhecimento inglês era o mais pertinente e desejado, devido à importância da aliança luso-britânica para o país. Perante a hostilidade espanhola e alemã, Portugal necessitava do apoio da Inglaterra para justificar a sua posição dentro do sistema internacional. No entanto, do seu aliado, Portugal conheceu um sentimento de hostilidade, sobretudo da parte de setores da sociedade inglesa, como a aristocracia. Algo que piorou ainda mais a situação terá sido a laicização do Estado português e as ações de certas facções republicanas antirreligiosas, que levavam as autoridades inglesas a temer pela posição da Igreja Anglicana em Portugal. Tendo em conta a desconfiança face aos ideais republicanos, a Inglaterra acabou por consentir as duas incursões monárquicas de 1911 e 1912, ofereceu exílio ao destronado rei D. Manuel II e condescendeu com as posições dos monárquicos e as suas críticas aos atos da república portuguesa.

Inicialmente, o governo da Grã-Bretanha exigiu várias condições para o reconhecimento do regime, tais como a realização de eleições para a Assembleia Constituinte e a eleição do presidente da República. Só então, em setembro de 1911, reconheceu oficialmente a República Portuguesa. De modo a assegurar as boas relações entre os países e o futuro da aliança com Inglaterra, os dirigentes republicanos asseguraram-se de que a questão do regime seria entendida como um assunto de política interna e que a aliança entre os dois países não podia ser

tida como uma aliança entre regimes, mas como uma aliança entre povos. Ainda assim, este reconhecimento não era entendido como uma aceitação do regime, especialmente devido a algumas das medidas do Governo Provisório.

1.3. Tensões Internas e o Movimento Realista

Dentro da sociedade portuguesa, a República Portuguesa também atravessou bastantes dificuldades para consolidar a sua legitimidade e resolver os problemas herdados pela Monarquia.

Chegando ao poder, as forças republicanas definiram um conjunto de reformas destinadas a romper com o modelo monárquico, nomeadamente a republicanização das Forças Armadas, a laicização do Estado, a alfabetização da sociedade e o desenvolvimento económico. Contudo, estas medidas foram insuficientes para resolver os problemas deixados pelo regime anterior.

Em termos económicos, o governo provisório continuou a seguir o modelo monárquico que tanto tinha criticado anteriormente. Nos setores operários, que tinham confiado no carácter progressista e na mudança prometida pela república, o sentimento de frustração começa a manifestar-se exponencialmente.

O lado mais conservador da sociedade portuguesa também expressava descontentamento, em particular com o aumento de violência por parte de grupos de vigilância e defesa do novo regime. Consequentemente, um número considerável de monárquicos retirou-se para Espanha, logo a partir do dia 6 de outubro de 1910. Surge também o sentimento de anticlericalismo por parte de certas facções republicanas radicais, como o partido Democrático de Afonso Costa, que pretendia abater a Igreja Católica, o que contribuiu para as perseguições aos clérigos, o que originou protestos e tensões dentro da sociedade civil.

A contrarrevolução monárquica surgiu, assim, pouco depois da implantação da República, tendo como objetivo organizar um movimento político-militar capaz de derrubar o novo regime e restaurar as instituições monárquicas. Tinham como intenção expor as “debilidades defensivas da República”⁴, tirando proveito do clima de instabilidade nacional que se estaria a experienciar, e explorar a suposta usurpação levada a efeito por uma minoria republicana. Consideravam, assim, que este novo regime teria nascido à margem da sociedade e que violava os direitos constitucionais do povo português.

Durante os primeiros anos da república houve várias conspirações, levantamentos, revoltas e incursões de diferentes níveis de violência e aderência, nomeadamente na zona norte do país. No dia 28 de setembro de 1911, houve uma tentativa de insurreição no Porto, onde os militares tentaram apoderar-se

4. Coimbra, 2000.

dos quartéis da cidade, mas sem êxito. Um ano depois, em Cabeceira de Bastos, apoiantes da monarquia assassinaram o administrador do concelho e feriram o seu secretário, conseguindo ocupar a Câmara Municipal, onde hastearam a bandeira da monarquia. Porém, as forças republicanas puseram fim a este motim sem grande dificuldade.

Entre os monárquicos que pretendiam tirar proveito deste clima de instabilidade, encontra-se Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, oficial do Exército e ex-governador de Angola entre 1907 e 1909. Ao regressar a Portugal, Paiva Couceiro fez parte da última força monárquica que combateu os revoltosos republicanos durante os dias 4 e 5 de outubro de 1910.

Após a implementação da república, Paiva Couceiro continuou a demonstrar publicamente a sua oposição ao novo regime, exigindo a realização de um plebiscito nacional sobre a natureza da república. Esta proposta era, no entanto, pouco popular entre o movimento monárquico, incluindo o próprio rei destituído D. Manuel II⁵. Nos anos que se seguiram, Paiva Couceiro continuou a insistir na necessidade de um plebiscito, acreditando na falta de legitimidade do novo regime. Em 1911, afirmou: “Reconheço as instituições que o povo reconheceu. Mas se a opinião do povo não for unânime, isto é, o Norte não concordar com o Sul, lutarei até ao fim, do lado dos fiéis à tradição.”⁶.

Em março de 1911, Paiva Couceiro teve uma audiência com o Ministro da Guerra, António Barreto, onde mais uma vez declarou a sua oposição à política do governo republicano, propondo também a organização de um governo militar para defender o país de possíveis ameaças estrangeiras ao Ultramar. A pedido do ministro, Paiva Couceiro compôs um relatório com as suas intenções, no entanto, no mesmo documento, expressou que caso não tivesse obtido resposta após 24 horas, iria terminar todos os seus compromissos com a República. Antecipando-se ao mandado de captura, Paiva Couceiro foge para Espanha, onde se junta a outros defensores monárquicos na Galiza, iniciando assim os preparativos para a primeira incursão monárquica.

2. As Incursões Monárquicas na Fronteira Portuguesa

2.1. A Primeira Incursão (1911)

Com a intenção de instaurar a monarquia antes da aprovação da Constituição e do reconhecimento da república por parte de Espanha⁷, os conspiradores monárquicos reuniram-se na Galiza e iniciaram a sua caminhada de 18 dias em direção a território português em setembro de 1911. Seguindo por caminhos menos frequentados de modo a tentar iludir a vigilância das forças republicanas, as forças de Paiva Couceiro agruparam-se em várias povoações de Leon, a norte

5. Menezes, 2011.

6. Oliveira, 1993, p. 132.

7. Oliveira, 1993, p. 133.

convicções monárquicas tinha atravessado a fronteira perto de Vinhais e que estaria a planear ocupar a vila.

Em defesa de Vinhais havia apenas um grupo republicano de destacamento de infantaria e de cavalaria com cerca de 80 homens, a comando de José Andrade. Este era antigo companheiro de Paiva Couceiro durante o seu tempo em África, pelo que o chefe monárquico julgava ser possível convencer o oficial a juntar-se à sua causa (Machado, 2006, p.406). No entanto, José Andrade recusou a oferta de Paiva Couceiro e, de modo a defender a população civil, mandou os seus homens retirar-se e ocupar uma posição mais elevada, cobrindo a estrada entre Valpaços e Chaves¹⁰. Adicionalmente, pediu reforços para a defesa da vila a Bragança, Chaves e Vila Real.

Com a retirada das forças republicanas, Paiva Couceiro e os seus apoiantes ocuparam Vinhais, içando a bandeira azul e branca da monarquia constitucional na Câmara Municipal e declarando a instauração do regime monárquico. No entanto, o apoio das províncias nortenhas ao movimento ficou aquém do esperado pelos couceiristas, e de lado nenhum surgiram notícias de outros levantamentos. Ainda assim, aproveitando a conquista de Vinhais, as forças de Paiva Couceiro decidem descansar na vila durante toda a tarde e no princípio da noite do dia 5. Na madrugada seguinte, temendo um possível contra-ataque republicano, partem de Vinhais em direção a Salgueiros e de seguida para a aldeia de Casares, perto da fronteira.

Entretanto, as forças republicanas, reforçadas por um esquadrão de cavalaria enviado desde Chaves e com o apoio de numerosos civis, decidem investir contra o pequeno exército invasor, reconquistando Vinhais no dia 6 de outubro, sem qualquer resistência. No dia 7 de outubro é iniciada a perseguição à coluna de Paiva Couceiro, com o destacamento de cavalaria republicana a enfrentar as forças monárquicas estabelecidas em Casares. Pelas três da tarde, os realistas e as forças republicanas envolvem-se num breve tiroteio, resultado em baixas entre os homens de Paiva Couceiro. Percebendo que o seu exército estaria a perder capacidade de combate devido ao cansaço, falta de recursos e deserções, Paiva Couceiro dá a ordem de retirada dos seus homens para a Galiza. Ainda tentam entrar em território português, mas no dia 8 de outubro, desorganizados e sem armas nem munições, os monárquicos veem-se obrigados a abandonar Portugal definitivamente. As autoridades espanholas, devido à pressão diplomática do governo português, também perseguiram as forças realistas e apreenderam algum do seu armamento, ainda que não tenham levado a cabo detenções. Chegava, assim, ao final a primeira incursão monárquica comandada por Paiva Couceiro.

Do lado dos realistas, esta operação demonstrou a sua impreparação e fragilidade. Não foram capazes de alcançar os seus principais objetivos militares,

10. Moreira, 2019, p.108.

logo de início com a impossibilidade de conquistar Bragança, e depois de manter e defender a sua posição em Vinhais. Adicionalmente, o prometido apoio por parte das populações e forças militares do Norte não se veio a concretizar. Deu-se situações como em Chaves, onde os couceiristas esperavam encontrar apoio por parte de oficiais que integravam a sua guarnição, mas estes mantiveram-se fiéis às tropas republicanas, mantendo o controlo dos movimentos dos monárquicos. Apesar do fracasso desta primeira tentativa de restaurar o regime monárquico, Paiva Couceiro ainda alimentava a esperança de inspirar os monárquicos portugueses com o seu exemplo.

Paradoxalmente, as intenções da força realista de expor as “debilidades defensivas da República”¹¹ foram alcançadas. Apesar do conhecimento dos movimentos monárquicos, considerou-se que os comandantes do Exército não levaram a sério os sinais que apontavam para uma possível invasão monárquica, não estando preparados para essa eventualidade. A primeira incursão consegue surpreender as autoridades fronteiriças republicanas, cuja preparação insuficiente e hesitação militar, resultaram na conquista e, na breve proclamação da Monarquia na vila de Vinhais. As forças militares de Bragança e Chaves foram particularmente criticadas por outras autoridades militares, setores republicanos mais radicais e pela imprensa, por não terem agido mais rapidamente na defesa de Vinhais e na captura do exército de Paiva Couceiro. Esta falta de preparação seria inadmissível para a defesa de um regime que ainda se encontrava em fase de consolidação.

Consequentemente, alguns chefes militares, nomeadamente o Ministro da Defesa, foram substituídos, ao mesmo tempo que diversos louvores foram concedidos a oficiais e indivíduos que contribuíram para a derrota da invasão monárquica. Foi também criado o tribunal das Trinas em Lisboa, onde os monárquicos presos durante a incursão foram condenados a penas bastante severas. Estas condenações deveriam servir de exemplo para acalmar a situação interna e as forças opositoras. No entanto, não produziram os efeitos desejados.

2.2. A Segunda Incursão (1912)

Após a derrota em Portugal, os realistas viveram o resto de 1911 dispersos em Galiza. Poucos eram os que recebiam ajuda financeira por parte dos familiares, levando a que a grande maioria dos monárquicos vivesse com grandes dificuldades económicas.

A 7 de fevereiro de 1912, Paiva Couceiro junta-se aos seus homens, com a renovada esperança de restaurar a monarquia, e no apoio que a causa monárquica tinha ganho nas regiões do Norte que ansiavam “libertação das garras dos

11. Coimbra, 2000.

maçons e carbonários, inimigos da Santa Religião e Trono¹². Começaram assim os preparativos para uma nova operação militar.

Aprendendo com os erros da primeira incursão, os líderes do movimento realista deram prioridade à estratégia e logística da sua operação. Contava-se agora com mais efetivos humanos, e com mais e melhor equipamento, obtido facilmente através de contrabando. As autoridades em Espanha aparentavam ser indiferentes a estes movimentos, apesar das constantes denúncias por parte de republicanos espanhóis. No entanto, na primavera de 1912, a pressão diplomática imposta pelo governo português à Espanha para que cumprisse o direito internacional, finalmente deu resultado. Assim, as autoridades espanholas foram incumbidas de perseguir os monárquicos, não permitindo a permanência de grupos armados na fronteira. Os realistas foram obrigados a circular entre diferentes aldeias, mantendo-se sempre próximos da fronteira, aguardando a ordem de concentração. Esta chegaria então em julho de 1912.

A segunda incursão previa a entrada de três grupos realistas em Portugal através de diferentes regiões do Norte do país.



Figura 2. Percurso das forças monárquicas durante as incursões de 1911 e 1912. História do Exército Português 1910-1945, Vol. II de General Ramirez Oliveira, 1993, Lisboa, Estado-Maior do Exército, p. 132.

A primeira coluna era constituída por cerca de 100-200 homens bem equipados, sob o comando do tenente Victor Sepúlveda. O objetivo desta coluna era partir do vale do rio Minho, e eventualmente ligar as guerrilhas de Basto e juntar-se

12. Machado, 2006, p. 407.

com a coluna de Paiva Couceiro. Apesar da sua preparação e organização terem sido consentidas pelo líder monárquico, esta coluna não contou com o seu apoio logístico¹³. Disfarçados por entre o espesso nevoeiro do dia 6 de julho, seguiram pela estrada de Monção, com o intuito de ocupar Valença. Conseguiram tomar conta da estação do caminho de ferro e do posto da Guarda Fiscal, uma vez que a grande maioria dos efetivos da guarnição local estava de vigilância no rio Minho. De seguida, dirigiram-se para a praça-forte, onde esperavam encontrar apoiantes da causa monárquica. No entanto, contrariamente ao antecipado, as portas encontravam-se fechadas, com vigias colocados em vários pontos. O ataque surpresa que tinham planeado falhou, e com a resistência da guarnição republicana, as forças monárquicas recuaram. A certo ponto, circulou o falso rumor de que Sepúlveda tinha sido morto, resultando na retirada desorganizada para a Galiza, deixando para trás dois mortos e bastantes armas (Oliveira, 1993, p. 135).

A segunda coluna era comandada pelo capitão Mário Sousa Dias, constituída por cerca de duas centenas de homens. Esta coluna deveria realizar um movimento de flanco sobre Chaves no dia 7 de julho, a partir de Vila Verde. Às 8:30 da manhã, enquanto seguiam por Mairos (Machado, 2006, p. 411), no limite do concelho de Chaves, o grupo de Mário Sousa Dias foi avistado por uma coluna de reconhecimento que se encontrava a vigiar a fronteira de Vila Verde da Raia. Consequentemente, a coluna de reconhecimento dirigiu-se ao alto de Santa Marta, perto da fronteira, e daí lançou granadas contra as forças realistas. Os monárquicos responderam com tiros, mas de seguida retiraram-se para Feces de Abaixo. De modo a evitar mais ataques republicanos, a coluna de Sousa Dias não arriscou qualquer outro movimento nesse dia. A 8 de julho, tentaram reunir-se com a coluna de Paiva Couceiro, mas foram cercados pelas forças republicanas, constituídas por elementos da Guarda Fiscal e reforços de cavalaria e de artilharia de Chaves.

Com a derrota das outras colunas, o grupo comandado por Paiva Couceiro fica encarregue do ataque principal. Composta por cerca de 400 a 500 homens, esta coluna partiu das imediações de Vilar de Santos, e ao chegar à aldeia de Barroso no dia 6 de julho, Paiva Couceiro envia uma mensagem às tropas republicanas em Montalegre, propondo ou a sua rendição ou a adesão à causa monárquica. As forças republicanas na região eram constituídas por 23 homens de infantaria, 9 de cavalaria, e alguns soldados da Guarda Fiscal¹⁴, o que não seria suficiente para resistir a um possível ataque. A guarnição de Montalegre decide então solicitar reforços a Chaves, que envia cerca de 100 homens, juntamente com armas e munições.

Contudo, no dia 7 de julho, os realistas mudam de direção, dirigindo-se para Chaves em vez de Montalegre. O verdadeiro plano de Paiva Couceiro era cercar

13. Moreira, 2019, p. 115.

14. Machado, 2006, 409.

Chaves, não necessariamente ocupar este território, mas, alegadamente, “apenas dar-lhe pretexto sério para a rendição”¹⁵, tornando assim um baluarte impossível de conquistar, espalhando a revolta no Norte do país¹⁶. Este plano partia da suposição de que membros importantes da vila de Chaves, particularmente parte da guarnição militar, eram simpatizantes do movimento monárquico.

No final da tarde do dia 7, a coluna de Paiva Couceiro chega a Soutelinho da Raia, onde surpreende os guardas fiscais da fronteira. Com exceção de um dos guardas, que se junta a coluna monárquica, estes fogem para Chaves, onde tentam avisar a população do ataque iminente. No entanto, as autoridades da vila não levam os seus avisos a sério, acreditando que se tratava apenas de um pelotão que se preparava para conquistar Montalegre.

Com o inimigo inconsciente das suas verdadeiras intenções, as forças de Paiva Couceiro continuaram o seu caminho até Chaves, viajando durante a noite do dia 8 de julho. Durante a sua viagem, chegaram a prender duas pessoas que os tinham avistado, de modo a evitar que o alarme fosse dado aos republicanos. No entanto, enquanto desciam a serra de S. Jurge perto de Chaves, foram avistados por um lavrador que correu para avisar a mulher, que por si alertou as defesas da vila.

O comandante Ribeiro de Carvalho, encarregado da defesa da vila, despacha uma ordem de rectificação de modo a pedir o regresso dos homens que tinham sido dispensados na defesa de Montalegre. Em Chaves, tinham ficado apenas cerca de 172 efetivos¹⁷. Porém, as forças militares contavam com o apoio de 150 voluntários civis, que se apresentaram para combater na linha de fogo e prestar outros serviços como a provisão de alimentos e a vigilância de indivíduos que eram conhecidos pelas suas simpatias monárquicas. Contrariamente ao que Paiva Couceiro estaria a esperar, não se notavam grandes indícios de manifestações a favor dos invasores em Chaves¹⁸. Adicionalmente, a coluna de reconhecimento que tinha avistado a segunda coluna dos monárquicos, também se dirigiu a Chaves após a derrota das forças de Sousa Dias.

Primeiramente, os monárquicos aproximam-se da Carreira de Tiro perto da vila. Após uma breve resistência republicana nessa zona, que chegou mesmo a causar a morte de um dos realistas, conseguem ocupar o cimo do monte, onde içam a bandeira da monarquia. De seguida, espalharam as suas forças pelos pinhais mais próximos, de modo a ocupar posições mais vantajosas e que lhes permitissem responder melhor aos ataques republicanos. No entanto, as forças republicanas conseguem esconder-se pelo relevo e subir o monte, onde matam dois monárquicos e perseguem os restantes, retomando assim a Carreira de Tiro.

15. Coimbra, 2000.

16. Machado, 2006, 407.

17. Secretaria da Guerra, 1913, p. 60.

18. Secretaria da Guerra, 1913, p. 10.

Em resposta, as forças de Paiva Couceiro decidem concentrar-se no bairro do Telhado, onde conseguem, ainda que com alguma dificuldade, colocar algumas das peças de armamento que tinham, tais como uma metralhadora Madsen. As forças republicanas não tinham conhecimento deste armamento, portanto, quando os primeiros tiros surgiram, o efeito psicológico foi tremendo, e alguns oficiais ficaram gravemente feridos.

Porém, a situação do lado dos monárquicos tornava-se cada vez mais desconfortável, pois sobre o sol abrasador desse dia, não tinham acesso a mantimentos nem lhes era prestado auxílio por parte das populações. Os ataques realistas tornaram-se, assim, cada vez menos intensos, a ponto de as forças republicanas conseguirem conquistar posições mais favoráveis para o contra-ataque.

Entretanto, chegam os reforços que tinham sido enviados no dia anterior para Montalegre, que começaram a bombardear as forças monárquicas. A moral dos invasores oficialmente chega ao fim e vários realistas abandonaram as suas armas, material e numerosos feridos no campo de combate. Esta segunda tentativa de restauração monárquica ultrapassou a primeira em termos de prejuízos causados, com 38 mortos do lado realista, 2 mortos republicanos, e vários estragos na vila de Chaves. Foram concedidos vários louvores militares e recompensas a civis pelo seu papel na defesa de Chaves, incluindo aos grupos de voluntários e às populações de Chaves e Valença¹⁹.

A coluna de Paiva Couceiro volta a retirar e dispersar-se, sendo que alguns elementos tiveram de emigrar ou pedir exílio ao Brasil e à Espanha, “sem abandonar contudo a fidelidade aos ideais, à fé e à esperança de que sempre guiaram os seus protagonistas”²⁰. Paiva Couceiro acaba por se refugiar em Londres.

Conclusão

As incursões monárquicas de 1911 e 1912 ocorreram durante um período de instabilidade política e social que se seguiu logo após a implantação da república. Para além da hostilidade por parte de uma Europa dominada predominantemente por monarquias, a República Portuguesa teve de enfrentar vários desafios internos. O Governo Provisório revelou-se incapaz de resolver os problemas herdados por parte da monarquia e que tinham motivado a transição de regimes, e certas medidas do governo culminaram numa onda de ódio e perseguições aos monárquicos, juntamente com o surgimento de sentimento anticlerical, que contribuiu para protestos e tensões dentro da sociedade.

19. Oliveira, 1993, p. 138.

20. Coimbra, 2000.

O movimento realista, que entendia que a República constituía uma violação dos direitos da sociedade civil, assumia, assim, a restauração da monarquia como um desígnio. Entre diferentes tentativas de levantamentos e revoltas, as incursões monárquicas comandadas por Henrique Paiva Couceiro foram os combates mais diretos pela causa realista. Porém, vários fatores contribuíram para o seu fracasso. Entre eles, as forças monárquicas sofriam de carência de recursos, tanto em termos de armamento e material, como de efetivos. Adicionalmente, haveria conflitos internos sobre os membros da chefia, os métodos de atuação, e a própria influência de Paiva Couceiro era reduzida dentro das forças realistas²¹. O fator decisivo, no entanto, foi a falta de adesão por parte das populações e guarnições militares. Pelo contrário, voluntários da população civil tinham-se juntado à defesa republicana durante as invasões monárquicas.

É necessário mencionar, contudo, que o movimento realista não esmoreceu com o fracasso das incursões de 1911 e 1912. As dificuldades económicas e sociais continuaram em Portugal nos anos seguintes, agravadas pela participação do país na Grande Guerra (1914-1918). Em dezembro de 1917, Sidónio Pais tornou-se presidente e inaugurou o período da história portuguesa denominado “República Nova”. Nesta altura, é permitido a Paiva Couceiro e a outros exilados políticos regressar a Portugal. Porém, o governo de Sidónio Pais dura pouco mais de um ano, terminando com o seu assassinato em 1918, dando assim lugar a outros movimentos políticos e formação de juntas militares. A república portuguesa procurava, então, recuperar a estabilidade política, a pacificação social e o desenvolvimento económico quando, no início de 1919, Paiva Couceiro e os seus apoiantes efetuam a terceira incursão monárquica.

A partir de Espanha, conseguem entrar em Portugal e invadem o território que ia do Minho à linha do Vouga. As instituições republicanas desta zona são subvertidas e a Carta Constitucional de 1826 é restaurada, em nome do Rei. Forma-se uma Junta Governativa, presidida pelo próprio Paiva Couceiro, que restaurou a Bandeira e o Hino monárquicos, e a legislação republicana, definida desde 5 de outubro de 1910, foi revogada. O movimento realista conseguiu efetivamente restaurar a monarquia no Porto, durante 25 dias, ficando conhecida como “Monarquia do Norte”. Apanhadas mais uma vez de surpresa, as hostes republicanas revelam-se incapazes de fazer face, no imediato, à situação. Segue-se um longo e complexo processo de resistência, de que se destacou a ação de Machado Santos, figura principal da implementação da República em 1910, que, após derrotar os monárquicos em Lisboa, na zona de Monsanto, organiza a resistência a nível nacional, tendo em vista submeter os revoltosos no Porto. Assim, a 20 de fevereiro de 1919, são derrotadas a autoproclamada Monarquia do Norte e as forças realistas. Paiva Couceiro, novamente vencido, regressa, mais uma vez, ao exílio. Desta forma, consolida-se o regime republicano em Portugal.

21. Oliveira, 1993. p. 138.

Referências Bibliográficas

- COIMBRA, Artur (2000) – *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Universidade do Minho: Mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea.
- DA SILVA, H. (2006) –. *Monarquia do Norte 1919*. Matosinhos: QuidNovie. Batalhas da História de Portugal.
- FERREIRA, Diogo (2013) – “Acontecimentos políticos e elites políticas na Bragança Contemporânea”. In *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*. Coordenação de Fernando de Sousa. Porto: Câmara Municipal de Bragança, CEPESE, Volume 2, Julho.
- SARAIVA, J. Hermano (1993) – *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 8th edn.
- LOUSADA, Abílio (2007). *O Exército e a Ruptura Da Ordem Política em Portugal 1820-1974*. Lisboa: Prefácio, Edição de Livros e Revistas, Lda.
- MACHADO, Júlio M (2006) – *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, 3.ª Edição.
- MENESES, F.R. (2011) – *Paiva Couceiro: diários, correspondência e escritos dispersos*. Lisboa: D. Quixote, 1a ed.
- MOREIRA, L.M. (2019) – “A República e a Monarquia em confronto: a Guerra Civil portuguesa na raia galega (1911- 1912) = The Republic and the Monarchy in confrontation: the Portuguese Civil War on the Galician border (1911-1912)”. In *Revista de Historiografia (RevHisto)*. Available at: <https://doi.org/10.20318/revhisto.2019.4745>.
- OLIVEIRA, General A. N. Ramires de (Coord) (1993) – *História do Exército Português 1910-1945*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, Vol. II.
- PIRES, A.P. (2017) – “As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910”. In *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 30(61). Available at: <https://doi.org/10.1590/s2178-14942017000200003>.
- PROENÇA, Maria Cândida (2015) – *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 1.ª edição.
- SANTOS, M.D. (2010) – *A contra-revolução na I República: 1910-1919*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Available at: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0172-4>.
- SERRÃO, J. (1991) – “História de Portugal - Volume XI (1910-1926)”. In *A I República História Política-Militar Ultramarina*. Editorial VERBO.
- SECRETARIA DA GUERRA (1913) – *Combates de Vila Verde e Chaves em 7 e 8 de Julho de 1912*. Relatórios Oficiais, Imprensa Nacional.

SILVA, Armando B. Malheiro da (2001) – *Os Conspiradores no Sul da Galiza: As incursões monárquicas (1911-1912) na Literatura Portuguesa*. Braga: Real Associação de Braga.

TEIXEIRA, N. (2014) – “História Contemporânea de Portugal: A Crise do Liberalismo 1890-1930”. In *Portugal No Mundo*. Editora Objectiva, Vol. 3.

CARVALHO, Feliciano de (Org) (1924) – *Um Ano de Ditadura: Discursos e alocações de Sidónio Paes*. Lisboa: Lusitania Editora.

FRANCISCA SILVA

Terminou o Mestrado em Gestão de Informação com distinção na Dublin Business School (Irlanda), tendo previamente concluído o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Em 2024, foi contratada pela DBS como Bibliotecária de Recursos Eletrónicos, onde ficou encarregue do design e remodelação do website da biblioteca. Atualmente, trabalha como Bibliotecária de Investigação na mesma instituição, prestando apoio a estudantes e docentes. Acumula ainda as funções de Assistente Editorial da revista académica *Applied Research and Theory Journal* e de Secretária do Comité de Investigação. Integra também outros nacionais comités na Irlanda, tais como o de Bibliotecas Académicas e Especializadas, a Rede Nacional de Integridade Académica e o comité da Conferência da Associação de Bibliotecas da Irlanda e Instituto de Profissionais de Informação e Bibliotecas 2026.



Como citar este texto:

SILVA, Francisca – AS INCURSÕES MONÁRQUICAS DE 1911 E 1912. *Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Do Sidonismo à “Revolução Nacional”* de 28 de Maio de 1926. [Em linha] Ano VI, nº 10 (2026); <https://doi.org/10.56092/BBKZ2056> [Consultado em ...].